

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS DOCENTES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): INTERVENÇÃO METODOLÓGICA E CULTURAL

Neli Silva do Carmo Reis ¹
Simone Aparecida Barra Magalhães de Lima ²
Carla Sarlo Carneiro Chrysóstomo ³

RESUMO

O objetivo desse trabalho é investigar as dificuldades enfrentadas por docentes no processo de alfabetização de jovens e adultos (EJA), para formação autônoma e projetos de vida; através de questionário virtual. Tem como objeto de estudo as práticas pedagógicas. O problema envolve o questionamento: Por que os docentes têm dificuldades na alfabetização de jovens e adultos? Tem como público alvo docentes da educação de jovens e adultos (EJA), de uma escola da rede municipal de Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil. Segundo Braga e Mazzeu (2017) o Programa Brasil Alfabetizado em 2005, foi uma política pública que tinha como objetivo aniquilar o analfabetismo no país, mas os resultados foram tímidos, pois, não teve mudanças significativas no quadro geral de analfabetos. Portanto, a pesquisa dessa temática é de grande importância para a sociedade. A metodologia está caracterizada como bibliográfica, tendo em vista que utiliza fontes teóricas, qualitativa por se apropriar da subjetividade dos autores, quantitativa por fazer uso de instrumento de coleta de dados com a aplicação de questionário virtual com perguntas objetivas gerando dados numéricos e exploratória por aproximar o fenômeno “alfabetização na EJA” da comunidade científica. Os autores utilizados foram: Freire (1996), Paro (1993), dentre outros.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramentos, EJA, Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Freire (1996) explica que a educação é uma porta para o mundo e a descoberta do mesmo, independente da faixa etária de idade, seja criança, jovem ou adulto, a Educação de Jovens e Adultos tem por princípio a inclusão do sujeito na sociedade, pois a educação possibilita uma leitura de mundo. O docente tem o compromisso de respeitar o educando e suas experiências, sua cultura trabalhando para o desenvolvimento global do educando com autonomia, criticidade, para exercer de fato a cidadania.

¹ Neli Silva do Carmo Reis, do Curso de Pedagogia do ISEPAM- RJ, nelisilvasilva207@gmail.com;

² Simone Aparecida Barra Magalhães de Lima, do Curso de Pedagogia do ISEPAM- RJ, simonexp@gmail.com;

³ Carla Sarlo Carneiro Chrysóstomo Mestre do Curso de Pedagogia do ISEPAM- RJ, carlasarlo@gmail.com



Esse trabalho tem como objetivo geral investigar as dificuldades enfrentadas por docentes no processo de alfabetização de jovens e adultos (EJA), para formação autônoma e projetos de vida; através de questionário virtual. Portanto, faz-se necessário o estudo do mesmo.

Segundo Oliveira (2021) a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), era de erradicar o analfabetismo no país, no entanto pouco se avançou desde sua implementação e os resultados segundo relatório que ficaram aquém do esperado.

Tem como público alvo docentes da educação de jovens e adultos (EJA), de uma escola da rede municipal de Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil. O problema envolve o questionamento: por que os docentes têm dificuldades na alfabetização de jovens e adultos? As hipóteses se resumem em três premissas: falta de formação continuada; ausência de didática para alfabetização na EJA; métodos ineficazes.

Os objetivos específicos são: apresentar o processo de alfabetização e letramento na EJA; destacar o método utilizado na alfabetização da EJA; caracterizar o perfil dos docentes e dos alunos dessa modalidade de ensino; citar quais recursos didáticos têm sido utilizados pelos professores da (EJA), e enumerar os desafios enfrentados pelos docentes da EJA.

Soares e Batista (2005) enfatizam que mesmo o indivíduo não sendo alfabetizado, porém são letrados, e em outras situações o cidadão já foi alfabetizado, mas no entanto permanece não letrado, ou seja, sabe ler e escrever porém não faz uso dessas habilidades diariamente, e o letrado não alfabetizado faz uso diário da leitura de mundo, para sua sobrevivência.

METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho bibliográfico do ponto de vista da abordagem caracteriza-se como qualitativa por se apropriar da subjetividade dos autores, dos objetivos caracteriza-se como exploratória, e dos procedimentos para coleta de informações quantitativa por fazer uso de instrumento de coleta de dados com a aplicação de questionário virtual com perguntas objetivas gerando dados numéricos e exploratória por aproximar o fenômeno “alfabetização na EJA” da comunidade científica. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica envolve um grande volume de material acadêmico já produzido por teóricos de grande relevância, por prover conhecimentos históricos e significativos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Alfabetização e Letramento na EJA

A Constituição Federativa do Brasil (1988) afirma que a educação é um direito de todas as pessoas, dando amparo legal para a inclusão dos cidadãos em um ambiente escolar sendo o dever da escola e da família a eficiência de sua aplicação, priorizando um ensino de qualidade e a transformação social, em seu artigo 205 discorre que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASÍLIA, 1988, p. 123). A referida lei preconiza que a educação tem como característica preparar o indivíduo para o seu pleno desempenho de cidadão na sociedade em que vive, além de qualificar os mesmo para o mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, Brasil (1996) preconiza para quem são destinadas as vagas para a educação de jovens e adultos (EJA) dando acesso à educação estabelecendo desse modo o seu público alvo em seu artigo 37, afirmando que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.
§ 1o Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996, p. 29).

Segundo a referida lei, as instituições educacionais deverão oferecer atendimento a todos os cidadãos brasileiros, que por algum motivo se ausentou da escola, e dessa forma não concluíram os estudos na educação básica na idade certa.

Oliveira e Paiva (2004) ressaltam que é necessário valorizar o retorno dos jovens e adultos, a instituição educacional formalizando assim, o direito garantido pela Constituição Federal de 1988, de acesso e permanência a todos cidadãos brasileiros a uma educação básica de qualidade. Desse modo, é um dever dos órgãos públicos da educação brasileira garantir que jovens e adultos tenham acesso e permanência à escola com todos os seus direitos educacionais garantidos.



Souza (2020) enfatiza a importância de políticas públicas que assegure o acesso desses indivíduos aos espaços escolares, objetivando que esse ensino seja de qualidade para alcançar melhores resultados na modalidade de ensino de jovens e adultos EJA, e logo que priorize a formação plena do cidadão. Logo,

As desigualdades socioeconômicas levam à exclusão de uma parcela da população do acesso à educação e da literatura. Daí a importância de políticas públicas que garantam e efetivem o direito à Educação de qualidade socialmente referenciada para a formação de uma sociedade menos desigual, aliada aos outros direitos básicos, e todos entrelaçados na formação humana (SOUZA, 2020, p. 32).

De acordo com a autora que essa educação assegurada aos alunos da educação de jovens e adultos, precisa ser diferenciada pois tem por princípio reparar as perdas educacionais devido as desigualdades sociais, dessa forma, assegurando a integração e a inclusão dos jovens e adultos aos espaços escolares.

Brasília (2013) as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, discorre sobre a modalidade de ensino de jovens e adultos é uma política que visa ressarcir os cidadãos brasileiros que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria, dado a grande desigualdade social persiste no país, desse modo o Brasil tem por objetivo liquidar déficit social com todos os brasileiros que tiveram seus direitos negados nessa fase da vida. Essa modalidade de ensino contempla a todos indivíduos com idade igual ou superior a 15 (quinze) anos de idade. “[...] Essa defasagem educacional mantém e reforça a exclusão social, privando largas parcelas da população ao direito de participar dos bens culturais, de integrar-se na vida produtiva e de exercer sua cidadania” (BRASÍLIA, 2013, p. 40). Segundo a referida lei, apesar das políticas públicas assegurarem o acesso e permanência a educação, a exclusão educacional permanece na contemporaneidade apesar dos esforços das instituições educacionais, pois é um ranço que persiste no seio da sociedade. Desse modo, a educação de jovens e adultos visa alfabetizar e letrar jovens que devido as desigualdades sociais, não concluíram a Educação Básica na idade própria.

Tfouni (2006) esclarece que “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (TFOUNI, 2006, p. 20). De acordo com o autor a alfabetização e letramento é o processo de aquisição da escrita e o domínio do sistema da escrita.

Soares e Batista (2005) ressaltam que devido aos avanços nas últimas décadas tornou-se prioridade que o indivíduo seja alfabetizado e letrado. “Assim, para corresponder

adequadamente às características e demandas da sociedade atual, é necessário que as pessoas sejam alfabetizadas e letradas. No entanto, há alfabetizados não letrados e também é possível haver analfabetos com um certo nível de letramento” (SOARES, BATISTA, 2005, p. 50). De acordo com a autora na contemporaneidade o conceito de alfabetizado ampliou-se, pois os indivíduos além de alfabetizados precisam ser também letrados, ou seja, para ser considerado alfabetizado é preciso ter o domínio dos códigos fonéticos, ter a capacidade de ler e interpretar textos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, Brasília (2013) recomendam que os conteúdos aplicados aos alunos da EJA, seja significativo. Na seção I, artigo 28, inciso I enfatiza, “Rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos” (BRASÍLIA, 2013, p. 71). Logo, os conteúdos aplicados para os alunos da EJA, devem ser significativos, pois devem estar em consonância com suas vivências e faixa etária de idade, onde o professor deve ter cuidado para que os conteúdos não sejam infantilizados, pois desmotivaria os educandos de participar e dar continuidade aos estudos.

Práticas Pedagógicas no processo educacional na EJA

De acordo com Paro (1993) frente a todos os desafios enfrentados pelos professores no seu cotidiano como educador o fator principal para que todos os esforços gerem algum resultado está na metodologia utilizada por eles, para que possam aprender além da sala de aula, pois é na aula que acontece o processo de transmissão e assimilação que transcende o ato de aprender.

Carvalho (2017) afirma que é necessário proporcionar a continuidade de estudos na EJA. Sendo assim,

Apesar do esforço de muitos professores e de experiências inovadoras, não é raro encontrar propostas que preservam a lógica do ensino supletivo ou que são marcadas por práticas aligeiradas e/ou infantilizadas de EJA, sob a justificativa de que os alunos precisam apenas de certificação que o assegure a continuidade dos estudos ou ingresso no mercado de trabalho (CARVALHO, 2017, p. 172).

De acordo com a autora essa prática de conteúdos infantilizados, caindo no engano que o educando necessita apenas do certificado para inserção no mundo do trabalho, sendo assim, uma prática corriqueira em classes de educação de jovens e adultos.

Moll (2004) ressalta que a prática pedagógica na educação de jovens e adultos, requer que, o docente busque ter acesso contínuo aos conhecimentos adquiridos nas vivências diárias do aluno e o conhecimento científico para que dessa forma, alcance o equilíbrio e o sucesso da aprendizagem do aluno, privilegiando a arte e sua cultura.

Freire (1996) enfatiza que o docente tem se afastado da verdadeiramente prática educativa, desprezando o diálogo e se preocupa, focando apenas em aulas expositivas com o modelo de reprodução, deixam de elaborar proposta pedagógicas que vão de encontro com ao perfil dos alunos.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, Brasília (2013), o docente ao elaborar sua proposta pedagógico, deve prioritariamente conhecer seus alunos para assim, propor ações que vão de encontro ao interesse do aluno e atendam às suas necessidades. Desse modo, em seu inciso VII enfatiza como deve ser a proposta curricular,

[...] do entendimento de que, na proposta curricular, as características dos jovens e adultos trabalhadores das turmas do período noturno devem ser consideradas como subsídios importantes para garantir o acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, a permanência e o sucesso nas últimas séries, seja em curso de tempo regular, seja em curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista o direito à frequência a uma escola que lhes dê uma formação adequada ao desenvolvimento de sua cidadania (BRASÍLIA, 2013, p. 34).

De acordo com a referida lei o docente ao elaborar sua proposta pedagógica, deve saber qual é o perfil de seus alunos e suas peculiaridades sabendo que os alunos da EJA trazem consigo uma bagagem de conhecimento empírica e o conteúdo aplicado deverá ir de encontro com os seus interesses, de modo, que corrobore para vida cotidiana e para o mundo de trabalho. Possibilitando uma construção crítica de mundo e o desenvolvimento da autonomia para atuar na sociedade com desenvoltura e cidadania.

Franco (2015) enfatiza que as práticas pedagógicas tem propósitos e propicia uma ação no sentido de mediação com a elaboração que permita o docente intervir para alcançar a aprendizagem do aluno com autonomia. Portanto,

Os processos de concretização das tentativas de ensinar-aprender ocorrem por meio das práticas pedagógicas. Essas são vivas, existenciais, por natureza, interativas e impactantes. As práticas pedagógicas são aquelas práticas que se organizam para concretizar determinadas expectativas educacionais (FRANCO, 2015, p. 604).

Segundo a autora acima, as práticas pedagógicas têm por objetivo o processo educativo como priorizar e viabilizar o desenvolvimento integral do aluno.

Brasília (2013) destaca essas práticas pedagógicas precisam ser efetivadas de fato, por meio de conteúdo que privilegie o desenvolvimento do aluno e provoque a transformação social. É recomendando no inciso VI da seção I- da educação de jovens e adultos (EJA), que os professores deverão ter uma formação continuada. Desse modo, vale ressaltar que o professor atualizado será capaz de elaborar propostas pedagógicas inovadoras que vão de encontro a essa modalidade de ensino. Portanto, Brasília (2013) no inciso VI – “Realizada, sistematicamente, a formação continuada, destinada, especificamente, aos educadores de jovens e adultos” (BRASÍLIA, 2013, p. 72). Segundo a referida lei a formação continuada deve fazer parte da vida do professor, independente em qual modalidade de ensino que atuar e um compromisso para com a educação, pois docentes bem preparados serão capazes de transformar a educação brasileira em todos as modalidades de ensino, capacitados para promover práticas pedagógicas inovadoras que provoquem nos alunos o desejo de aprender a aprender; através de conteúdos que visam humanizar a vida do educando que vive em ambiente inóspito e desumano, é necessário um repensar de suas práticas pedagógicas.

Freire (1996) enfatiza que a prática docente dentro da sala de aula precisa estar baseada no diálogo e na mediação, pois os conhecimentos são compartilhados, e dessa forma torna-se uma prática contínua sendo um ato de ensinar e aprender, é aquele que caminha com o educando filtrando as informações verdadeiramente um “*designer* de caminhos”. Por isso,

A dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos em que o professor expõe ou fala do objeto. O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos (FREIRE, 1996, p. 52).

Segundo o autor essa prática que se dá através do diálogo, produz no professor e educando uma liberdade na busca pelo conhecimento, não autoritarismo mas todos tem a liberdade de investigar, ser autor das aprendizagens com desejo, entusiasmados.

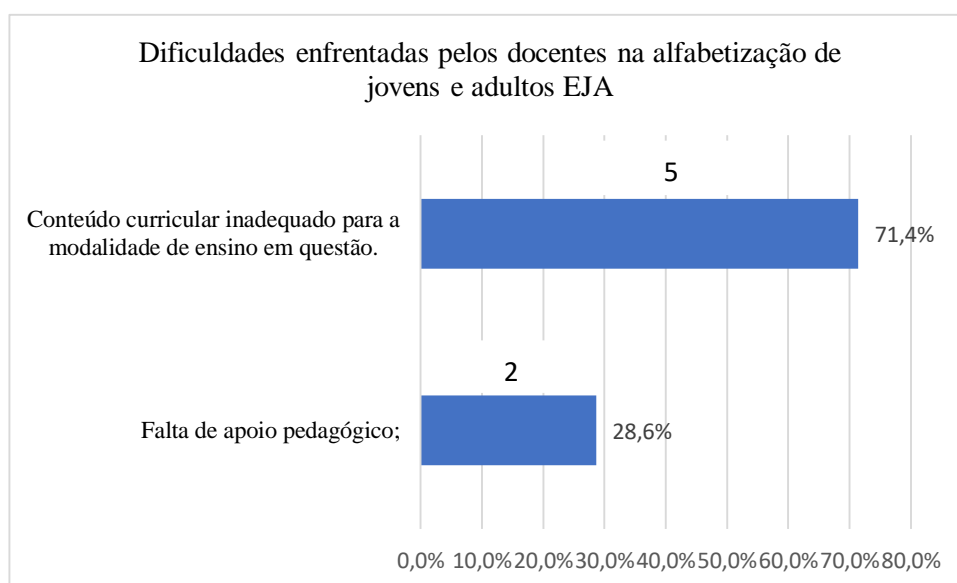
Franco (2009) ressalta que a prática tradicionalista, tem o professor no centro da prática educativa, pois é visto como detentor do conhecimento e logo apenas o docente tem o poder de transmitir o conhecimento. No contexto da escola nova o aluno tem seu lugar de destaque como autor de suas aprendizagens e o professor o encaminha ajudando-o a filtra as informações e torna-las em aprendizagens significativas.

Moran (2006) enfatiza que a prática docente ampliou seu espaço de mero transmissor de conhecimento, a um mediador da aprendizagem, rompendo com a prática apenas dentro da

sala de aula, na contemporaneidade ela vai além dos muros da escola, pois com o auxílio das tecnologias essas práticas se tornaram dinâmicas e colaborativa e indispensável para o êxito do educador- educando.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

GRÁFICO I

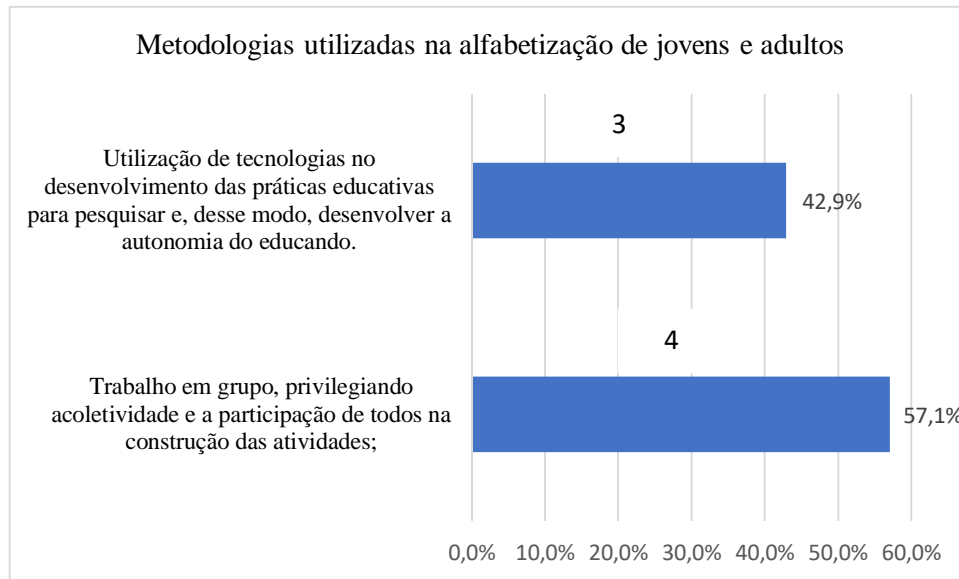


Fonte: autora 2022

No gráfico supracitado, observou-se que dentre os 7 professores que participaram da pesquisa 5 deles, que equivalem a 71,4 %, ressaltaram que o conteúdo curricular não está de acordo com a Educação de Jovens e adultos, no entanto Brasil (2018) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), recomenda que as instituições ao receber os currículos que sejam adaptados de acordo com a peculiaridade de sua clientela.

Freire (1996), enfatiza que o educador precisa conhecer o perfil de seus alunos e a partir de então elaborar seu planejamento de acordo com a necessidade do educando. Logo, “a partir dele podemos reconceitualizar nosso currículo escolar. Ao construí-lo e ao cultivá-lo podemos aprender muitas coisas” (GADOTTI, 2003, p. 62). O autor ressalta que a partir do currículo é possível coletivamente avalia-lo com o objetivo de que os educandos sejam contemplados com um currículo que vai de encontro suas peculiaridades, afim que o ensino seja de qualidade e, dessa forma, possa gerar aprendizagem.

GRÁFICO II

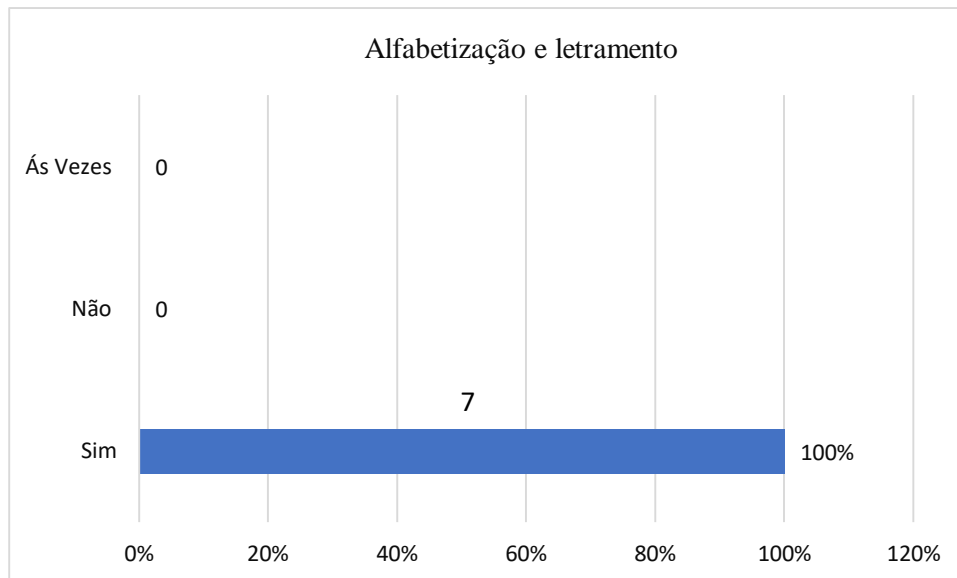


Fonte: autora 2022

No referido gráfico, dentre os 7 professores que participaram da pesquisa 4 que equivalem a 42,9%, destacaram que utilizam as tecnologias no desenvolvimento das práticas educativas para pesquisas e, desse modo, desenvolver a autonomia do educando.

Behrens (2000) destaca que, o modo como o docente utiliza os recursos tecnológicos podem facilitar a aprendizagem significativa e autônoma do educando. “A inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas também à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução do conhecimento elevem à produção do conhecimento” (BEHRENS, 2000, p. 103). Segundo a autora o modo como o professor apropria desses recursos tecnológicos, vai determinar, se rompe com a prática reprodutiva ou se permanece, de modo estática, apenas para informar que faz uso das inovações, o propósito do uso das inovações e que as aulas se torne dinâmicas, colaborativas e participativa.

GRÁFICO III



Fonte: autora 2022

No gráfico acima dentre 7 professores que participaram da pesquisa que equivalem a 100% responderam que sim, que no ato de planejar, priorizam conteúdos que alfabetiza e privilegie o letramento do educando.

Soares e Batista (2005) ressalta que devido as inovações na contemporaneidade torna-se impossível alfabetizar sem letrar, desse modo, as propostas pedagógicas devem ir de encontro as necessidades sociais do educando, sendo indispensável que os indivíduos sejam alfabetizados e letrados para assumir, seu papel na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Umas das dificuldades observada no decorrer da pesquisa, é a falta de uma formação docente de qualidade e a inexistência de formação continuada para os profissionais que atendem os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essas capacitações por vezes são ineficientes ou outras vezes nem existe, e quando são oferecidos curso de formação continuada, a educadores que não participam simplesmente por não ter interesse, por não se identificar com o perfil da modalidade de ensino, são de uma mediocridade que levam seu fazer pedagógico de qualquer maneira, e por causa desse tipo de educador, que por décadas os órgãos federados vem buscando erradicar o analfabetismo no país no entanto esse déficit



educacional persiste, com uma redução no número de pessoas não alfabetizadas quase insignificante.

Os desafios enfrentados pelos docentes na EJA, é real, a falta de apoio pedagógico e professores que por vezes não se identifica com as peculiaridades dos alunos da modalidade de ensino, e passa a executar a prática pedagógica sem nenhum interesse, com conteúdos infantilizados que leva a desmotivação do educando e posteriormente o abandono escolar. A inexistência da tecnologia como ferramenta pedagógica, para dinamizar e prover uma aula colaborativa, participativa e significativa, para o educando e dessa forma, alcançar o interesse do aluno a autonomia e a cidadania tão desejada no meio educacional.

Vale ressaltar que entre esses educadores que não se identifica, com a modalidade de ensino e são descompromissados com sua pratica educativa, tem aqueles comprometidos que ao planejar, elabora as atividades de acordo com o perfil de seus alunos, utiliza a tecnologia como ferramenta pedagógica e, desse modo, torna as aulas atrativas, prazerosas, dinâmicas, colaborativas, participativas e significativas para educando, um verdadeiro “designer de caminhos” incansável em sua prática educativa busca ir de encontro com o anseio e necessidades do educando.

As dificuldades existem, e não a como negar, pois a pesquisa confirma esses resultados, há muito o que fazer para melhorar os índices de cidadãos alfabetizados ou quem sabe erradicar de vez o analfabetismo no país. E esse avanço educacional só será possível com uma educação de qualidade, com profissionais capacitados, e engajados na luta contra todo e qualquer tipo de desigualdades, seja, social, econômica e cultural, pois a sociedade enxerga essa grande parcela de indivíduos como um fracasso e não tem o mesmo olhar entusiasmado para com EJA como para outras etapas da educação básica. O educador precisa ter esse brilho no olhar, o desejo de compartilhar conhecimentos com seus alunos seja na educação de jovens e adultos ou qualquer outro segmento da educação básica, pois só assim, a educação será libertadora, emancipadora que na aprendizagem privilegie o desenvolvimento integral do educando, para que exerça de fato sua cidadania.

Portanto, a pesquisa confirma os desafios enfrentados pelos docentes na educação de jovens e adultos EJA, desse modo essa pesquisa abre caminhos para outras pesquisas tendo em vista a necessidade desse olhar pedagógico para essa modalidade.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica** 1n: José Manuel Moran, Marcos T. Masetto, Marilda Aparecida Behrens. 10 Ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRAGA, A. C. , MAZZEU, Francisco José Carvalho. **O Analfabetismo no Brasil: Lições da História - RPG-Revista online de Política e Gestão Educacional**, v 21 n.1, p.24-46, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/9986/6590/27531>. Acesso 30 Ago. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394, 1996. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em 10 Out. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 18 de Nov. 2021.

BRASÍLIA. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Flegin%2Ffed%2Fconsti%2F1988%2Fconstituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatualizada-pl.doc&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso em: 30 Nov. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica - DCN**. Brasília, 2013.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso 01 Dez. 2021.

CARVALHO, R. M. **Docência na educação de jovens e adultos**- Curitiba: CRV, 2017.

FRANCO, M. A. S. **Práticas Docente Universitária e a Construção Coletiva de Conhecimentos: Possibilidades de Transformações no Processo de Ensino Aprendizagem**-Universidade Católica de Santos- São Paulo, 2009.

-----, M. A. S. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações**. Educ. Pesqui. V. 41, n.3, p. 601 – 614, ju. /set. São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido** – Novo Hamburgo: Feevale, 2003.



LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLL, Jaqueline, org.; Sant`Anna., Sita Mara Lopes ...[et al] **Educação de jovens e adultos** - Porto Alegre: Mediação, 2004.

MORAN, J.M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. Im: MORAN, J. M; MASETTO, M. T; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógicas. 10. Ed. Campinas: Papirus, 2006.

OLIVEIRA, Elida. **Brasil regride em meta para acabar com o analfabeto e não alcança objetivo de investir mais na educação**, diz relatório.G1.globo.com. 24,junho,2021. Disponível <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/24/brasil-regride-em-meta-para-acabar-com-o-analfabetismo-e-nao-alcanca-objetivo-de-investir-mais-na-educacao-diz-relatorio.ghtml-acessado> em 20 de novembro 2021.

OLIVEIRA e PAIVA, Inês Barbosa e Jane (orgs). **Educação de jovens e adultos**- Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PARO, V. H. **A natureza do trabalho pedagógico**. Revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v. 19, n. 1, jan. /jun.1993

SOARES e BATISTA, Magda e Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG, 2005.

SOUZA, M. L. **Educação de jovens e adultos [recurso eletrônico]: linguagens, alfabetizações e afetos** / organização - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização** - 8. Ed-São Paulo. Cortez, 2006.